

# Ela é como uma força da natureza



**Escolha de Marina Silva leva a crer numa real valorização do Meio Ambiente**

**B**em jovem ela fez com que todas as suas desvantagens, fragilidades e dores de menina pobre se tornassem um verdadeiro empuxo de crescimento e vida, tal como a força transformadora de uma fotossíntese. É que a senadora reeleita Marina Silva (PT-AC), de 44 anos, ex-seringueira, que se alfabetizou na adolescência, só aprendeu as operações básicas de aritmética aos 14 anos, trabalhou como empregada doméstica, frequentou o Mobra, fez dois supletivos, teatro amador, cursou a universidade, formou-se em História, foi a senadora mais jovem da República – ao ser eleita em 1994 –, tornando-se uma figura política e uma ambientalista de grande respeitabilidade, nacional e internacional, apostou, antes de tudo, no esforço do próprio aprendizado – que é a melhor maneira de alguém se preparar para atuar com competência e servir à sociedade, no espaço público-político. E nem as doenças que a atacaram – hepatite e contaminação por metais pesados – lhe enfraqueceram a luta tenaz, obstinada, em favor da preservação do meio ambiente, do patrimônio genético brasileiro e do desenvolvimento sustentável.

Mas a senadora e futura ministra do Meio Ambiente apostou e aposta, também, na racionalidade da argumentação e na arte da persuasão. Em lugar de esbravejar, com agressividade, contra o que se

faz errado, ela prefere ensinar, com docilidade, o jeito de fazer certo. Extremamente bem articulada, falando um português sempre correto – um respeito à língua pátria que todos os políticos deveriam ter, para dar bom exemplo à juventude –, Marina Silva está longe daqueles ecolixitas ou preservacionívoros radicais, que só se sabem ocupar dos estragos cometidos, e não das oportunidades contidas na natureza. Mais que a maioria dos nossos ambientalistas, ela está especialmente preocupada em fazer o Brasil aproveitar “a maior biodiversidade do planeta”, localizada em nosso território.

Em entrevista (a Sandra Sato) publicada neste jornal, anteontem, Marina Silva já esboçou, com clareza, três objetivos fundamentais de sua gestão. O primeiro será o de colocar a “política ambiental no coração do governo”, tirando-a da situação periférica e de secundária importância política a que sempre foi relegada. A futura ministra quer que sua pasta não seja mais isolada das demais políticas de governo, devendo a preservação do meio ambiente estar presente do planejamento à reforma agrária. Objetivo difícil? Sem dúvida, considerando os vários tipos de pressões – econômicas, políticas, burocráticas e de que ordem sejam – que dificultam, na prática, a interação de ministérios. Mas o fato de o presidente eleito ter escolhido o nome da

senadora e o ministério do Meio Ambiente como primeiro anúncio de sua equipe ministerial, ainda em Washington, dá motivos para se acreditar numa real valorização da área, na gestão presidencial que está prestes a se iniciar.

O segundo objetivo de Marina Silva é o estímulo ao “controle social” na preservação do meio ambiente. Diz ela, com o devido senso de realismo – já que “não dá para colocar um fiscal do Ibama em cada pé de surucucu na Amazônia” –, que para ser bem-sucedida uma política ambiental tem de contar com a participação de organizações não-governamentais, entidades, sindicatos, formadores de opinião e comunidade científica. De fato, por mais que existam leis (até avançadas) de preservação do meio ambiente e por mais que se faça o Estado alocar recursos – cronicamente escassos – para o indispensável serviço público de fiscalização e repressão aos atos predatórios e/ou crimes ambientais, sem a efetiva participação da sociedade não é possível levar avante esse propósito, de preservação conjugada a desenvolvimento sustentável.

O terceiro objetivo da futura ministra é a implementação da Agenda 21, justamente o programa internacional centrado no desenvolvimento sustentável que há dez anos – na Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – se transformava em compromisso assumido e assinado pelos 172 países participantes e com vasta abrangência de temas, tais como diminuição da pobreza, proteção da atmosfera, cuidados com a saúde das populações, combate aos desmatamentos, regras para a

agricultura sustentável, destinação correta de lixo radioativo, etc. Agenda essa complementada pela Convenção sobre Diversidade Biológica e pela Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, a primeira para proteção e conservação da biodiversidade e a segunda, a respeito do aquecimento global (que em 1994 levou à criação do Protocolo de Kyoto). E a Agenda 21 não foi modificada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 10, realizada em setembro na África do Sul.

Com idéias – não radicais nem fechadas ao diálogo – de zoneamento ecológico econômico, especialmente na Amazônia, de modificações no Código Florestal para adaptá-lo às atuais necessidades normativas ambientais do País, esforçando-se há oito anos para aprovar no Congresso um projeto de regulamentação do acesso a recursos da biodiversidade consentâneo com o imenso patrimônio genético que possuímos, a senadora Marina Silva é muito mais, como ministra escolhida do Meio Ambiente, do que aquilo que sua modéstia e humildade atribuíram à “homenagem aos ambientalistas do País”, entre os quais Chico Mendes, de quem foi discípula. Por sua biografia, por seus conhecimentos, por seu espírito de luta e suas qualidades de pessoa pública, se a escolha de Marina Silva é uma homenagem, será ela semelhante à prestada a uma força da natureza, como a água, a cloretila e a resistência vital que queremos preservar para as futuras gerações.

■ Mauro Chaves é jornalista, advogado, escritor e produtor cultural  
E-mail: mauro.chaves@attglobal.net